

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Renda petroléira e processo bolivariano: algumas reflexões sobre uma nova siembra petrolera			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Vicente Neves da Silva Ribeiro	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A presente comunicação busca debater a relação entre o processo bolivariano e a renda petroléira, centrando-se em seu processo de distribuição e circulação. Até o ano de 2003 a Venezuela foi marcada por uma aguda disputa pelo controle do petróleo que desembocou em uma retomada do nacionalismo petroléiro, estratégia de controle do petróleo centrada na maximização da renda petroléira captada pelo Estado e na sua distribuição. Este novo auge rentístico está associado a uma radicalização do horizonte de transformação do processo bolivariano, expressa na emergência da proposta do socialismo do século XXI. Assim, com a retomada do objetivo de “semear petróleo” o nacionalismo petroléiro contemporâneo busca não só desenvolver o país como apoiar a transição para o socialismo. Busca-se nesta comunicação apresentar algumas reflexões sobre o conceito de capitalismo rentístico, apresentado por Asdrúbal Baptista, e a noção de Estado mágico, proposta por Fernando Coronil. Ambos autores se debruçam sobre a condição de país petroléiro da Venezuela e buscam compreendê-la enfatizando, respectivamente, as relações econômicas e políticas que a singularizam. Além de apresentar a contribuição desses autores, busca-se identificar como estas contribuem para a reflexão sobre as mudanças e permanências do processo bolivariano em relação à Venezuela do século XX.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Venezuela; renda petroléira; processo bolivariano			
ABSTRACT			
<p>This communication seeks to discuss the relationship between the Bolivarian process and the oil rent, focusing on its process of distribution and circulation. By the year 2003 Venezuela was marked by a struggle for control of oil that led to a resurgence of oil nationalism, oil control strategy focused on maximizing oil revenues captured by the state and its distribution. This new rentistic peak is associated with a radicalization of the horizon of transformation of the Bolivarian process, expressed by the emergence of the proposal of socialism of the XXI century. Thus, with the resumption of the goal to "sow oil", contemporary oil nationalism seeks not only to develop the country as support the transition to socialism. This communication want to present some reflections on the concept of rentistic capitalism presented by Asdrúbal Baptista, and the notion of Magical State, proposed by Fernando Coronil. Both authors reflect the condition of oil country of Venezuela and seek to understand it, emphasizing respectively the economic and political relations that make it unique. Besides presenting the contribution of these authors, we attempt to identify how these contribute to the reflection on the changes and continuities of the Bolivarian process in Venezuela compared to the twentieth century.</p>			
KEYWORDS			
Venezuela; oil rent; bolivarian process			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo e a América Latina			

A história da Venezuela contemporânea é inaugurada pelo petróleo. Os contornos principais do país, sua história ao longo do século XX, se explicam em grande medida pela sua relação com o petróleo, autorizando-nos a chamá-la de uma *nação petroleira*. Os diversos textos que abordam o início desta história são unânimes em destacar a condição de país agrícola, pouco desenvolvido e urbanizado. De forma abrupta, desembarcam na Venezuela companhias petroleiras estrangeiras – Shell, Standart Oil – contadas entre as empresas mais poderosas do mundo. O abismo que separava essas duas realidades era demasiado evidente. Abismo este que mesmo após o início da extração e exportação de petróleo de seu território ainda se manteria, podendo falar em um primeiro momento de um verdadeira economia de enclave. Em alguns anos, a Venezuela se transformaria no maior exportador de petróleo do mundo e guardaria este posto até ser ultrapassada, décadas mais tarde, pelos países do Oriente Médio. Ao longo desses anos, a Venezuela mudaria em ritmo acelerado e o sentido dessa mudança seria profundamente influenciada por sua condição de país exportador de petróleo.

A imagem da Venezuela como país petroleiro e o reconhecimento da importância dos efeitos do petróleo para compreender sua história nos obrigam a refletir de forma mais detida sobre este processo. Afinal, os efeitos produzidos pelo petróleo extraído da Venezuela se dão em sua maior parte através das divisas arrecadadas com sua exportação e não com suas propriedades físicas. Uma pequena parcela da força de trabalho está diretamente envolvida na atividade petroleira, entretanto o conjunto do país irá sentir seus efeitos por meio da distribuição interna da renda petroleira.

Será importante insistir neste ponto. A condição de país petroleiro está determinado pela importância que as divisas oriundas da exportação de petróleo terão para o país. Vale destacar igualmente que a remuneração do petróleo não está somente relacionada aos seu custos de produção, envolvendo a remuneração dos trabalhadores e uma taxa normal de lucro. No caso do petróleo, seu preço excede de forma habitual tais custos, produzindo um lucro excedente que pode ser apropriado pelos proprietários. Como afirma Marx, o conceito de renda refere-se à remuneração dos proprietários de parcelas monopolizáveis da natureza, como o solo, o subsolo, etc. :

Dondequiera que las fuerzas naturales son monopolizables y aseguran al industrial que las emplea una ganancia excedente, ya se trate de un salto de agua, de una mina rica, de aguas abundantes en pesca o de solares bien situados, nos encontramos con que la persona que por su título sobre una porción del planeta puede alegar un derecho de propiedad sobre estos objetos naturales se apropia esta ganancia excedente y se la sustrae al capital activo, en forma de renta (MARX, 1975, p. 717).

Destaca-se ainda outro elemento decisivo. Trata-se de uma renda petroleira internacional, isto é oriunda do mercado mundial. Esse será um elemento de suma importância, afinal a situação

seria bastante distinta se esse petróleo fosse vendido no seu mercado, interno.

É dentro deste marco que precisamos compreender a Revolução Bolivariana, processo de transformação vivido pela Venezuela nos últimos anos. É necessário situá-la como parte desta história contemporânea do país marcada pelo petróleo e em especial pelos seus efeitos através da renda petroleira. Que rupturas e continuidades podem ser identificadas neste processo? Como se articula o novo e o repetitivo? O que buscaremos nesta comunicação é nos debruçar sobre isso, buscando apresentar e refletir sobre abordagens que contribuíram para a compreensão da Venezuela petroleira e que, nisto apostamos, podem contribuir para a compreensão do processo bolivariano.

Na nossa dissertação de mestrado (RIBEIRO, 2009) abordamos a disputa pelo controle do petróleo examinando sobretudo a disputas pela captação da renda petroleira no próprio, envolvendo uma tensão entre a estratégia de maximização da renda petroleira e a de acumulação transnacionalizada de capital no próprio setor petroleiro. Na primeira parte dessa comunicação abordaremos brevemente este aspecto, entendido como um antecedente necessário para compreender a nova conjuntura aberta a partir de 2003, quando o governo bolivariana assume o comando da estratégia petroleira.

A questão que nos colocamos agora é o que ocorre depois, em especial o processo de distribuição e circulação da renda petroleira, focalizando sobretudo o período entre os anos de 2003 e 2013. Buscamos refletir justamente sobre a combinação de um novo auge petroleiro com a radicalização do horizonte de transformação deste processo, com a emergência de uma perspectiva socialista. É fundamental situar essa nova conjuntura no marco da Venezuela petroleira e para isso buscaremos apresentar e debater autores que se dedicaram precisamente a enfrentar as questões proporcionadas por essa formação social.

I.

Como afirmamos anteriormente, os efeitos do petróleo sobre a Venezuela ocorreram em grande medida através da circulação da renda petroleira. Antes de abordar este aspecto, será importante debater a disputa pela captação da renda petroleira. Esta disputa envolverá por um lado o Estado proprietário do recurso natural e as companhias petroleiras.

Aqui o aporte de Bernard Mommer (2003) é decisivo. O conceito de regime petroleiro será importante para pensar as diferentes estratégias de controle do petróleo. Definimos o regime petroleiro (*oil governance structure*) como o conjunto de regras e atores envolvidos no controle do petróleo, constituindo um campo delimitado no qual são travadas as disputas pela apropriação do excedente. Os diferentes atores presentes neste regime são os proprietários do recurso natural, as

companhias petrolíferas e os consumidores, bem como os Estados nacionais.

Um dos primeiros elementos a ser definido para caracterizar um regime petrolífero é a questão da propriedade das jazidas. Os proprietários particulares da superfície poderão igualmente reivindicar direitos em relação ao subsolo ou este será considerado público? Na ampla maioria dos países produtores de petróleo, com a notável exceção dos Estados Unidos, a propriedade do subsolo é pública, limitando desta forma os direitos dos proprietários privados à superfície.

No entanto, a propriedade pública do subsolo não é suficiente para definir o regime ao qual determinado recurso natural está submetido. Como afirma Mommer:

Sin embargo queda todavía por considerar el asunto de la renta de la tierra. ¿Debe el Estado actuar como un propietario y comportarse del mismo modo que un terrateniente privado, es decir, debe cobrar una renta de la tierra? O antes bien, ¿debe el Estado simplemente asumir un rol de administrador de un bien público que se considera como un don libre de la naturaleza para los productores y, por ende, para los consumidores? (MOMMER, 2003, p. 91).

Aproximadamente a partir da segunda metade do século XX, os países exportadores de petróleo, com a Venezuela cumprindo um papel pioneiro, buscaram construir as condições para transitar de um *regime público liberal*, no qual os interesses do capital petrolífero transnacional se afirmavam de forma quase absoluta e limitavam a remuneração do proprietário do subsolo, para um regime no qual a propriedade pública do subsolo não servisse para anular a renda da terra mas sim para que esta fosse maximizada e arrecadada pelo Estado. A afirmação deste *regime público proprietário* (MOMMER, 2001) sobre o subsolo foi o grande objetivo defendido pela maior parte dos governos venezuelanos a partir da Reforma Petrolífera de 1943, fazendo frente, de forma negociada, aos interesses das transnacionais do petróleo e dos países consumidores. Esta confrontação ganhou força pela formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) levando os países não só a se apropriar dos sobrelucros do capital transnacional, mas igualmente a elevar o patamar dos preços internacionais do petróleo para que estes incorporassem uma maior renda petrolífera (MOMMER, 1988).

Este regime público proprietário buscava fortalecer portanto a maximização da renda petrolífera internacional captada pelo Estado e atingiu seu ponto culminante na década de 70, quando a arrecadação fiscal petrolífera atingiu seu ápice e a indústria foi nacionalizada, criando a Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA).

A partir dos anos 80 e, sobretudo, 90 ocorreu um processo de liberalização do regime petrolífero, isto é a indústria petrolífera passou ter um papel predominante na elaboração da política petrolífera, deixando para trás os objetivos característicos do nacionalismo petrolífero de maximização da renda petrolífera em prol de uma agenda própria de expansão da companhia. Uma das consequências desse processo foi a queda da arrecadação fiscal petrolífera, contribuindo para a

crise vivida pela Venezuela ao longo desse período.

A eleição de Hugo Chávez em 1998 está associada a essa crise e propunha como alternativa a reversão deste processo de liberalização. No programa apresentado pela candidatura do Pólo Patriótico, a Agenda Alternativa Bolivariana (AAB), a recuperação da arrecadação fiscal é uma das metas de maior importância. Contraindo-se à política petroleira neoliberal, busca lançar as bases para uma nova estratégia.

Por ello la AAB se propone, en un corto plazo, transformar esas bases coloniales en verdaderos ejes de industrialización, desarrollo e independencia. Es necesario, entonces revertir el proceso de desnacionalización de la industria petrolera, impulsado vigorosamente por las cúpulas políticas y económicas aliadas a las empresas transnacionales, a través de la mal llamada *apertura petrolera*. En tal sentido, hemos diseñado la fase inicial de una nueva política energética, ubicada en una verdadera perspectiva estratégica: la internalización petrolera (CHÁVEZ, 2007, p. 125).

Três medidas urgentes são levantadas para aumentar a arrecadação fiscal:

-reducción del nivel de costos de Petróleos de Venezuela (PDVSA), en 15% sobre el costo de producción por barril.

-incremento en 10% del aporte fiscal de PDVSA al fisco Nacional, por vía de la restitución parcial del valor fiscal de exportación.

-Redimensionamiento del plan de inversiones de PDVSA

[...]

En resumen, estas medidas de racionalización del gasto, los costos, los aportes y los planes de PDVSA generarían, a corto plazo, un total aproximado de 2.600 a 3.000 millones de dólares anuales, con los cuales se financiaría, en parte, el modelo de desarrollo expresado en la Agenda Alternativa Bolivariana (CHÁVEZ, 2007, p. 126-7).

Podemos afirmar que a vitória de Chávez representou uma retomada do nacionalismo petroleiro. Mesmo assim, essa orientação levaria alguns anos para se firmar, sendo decisivo para isso o turbulento período vivido pela Venezuela entre o final de 2001 e o início de 2003. O marco inicial para um conjunto de mobilizações da oposição ao governo Chávez foi um conjunto de leis aprovadas no final do ano que legislavam sobre os mais variados âmbitos, entre os quais o petróleo. A Lei Organica de Hidrocarbonetos previa uma nova forma de tributação da PDVSA, valorizando o pagamento de royalties (determinados exclusivamente pelos preços e volumes) em detrimento do Imposto de Renda (calculado a partir da dedução dos custos). Neste mesmo contexto o governo nomeou uma nova junta diretiva para a PDVSA afinada com seu propósito de ampliar a arrecadação fiscal.

Os conhecidos episódios do golpe de abril de 2002 e a paralisação petroleira de dezembro de 2002/janeiro de 2003 fazem parte dessa disputa. Excede os limites dessa comunicação apresentar um relato detalhado deste processo bastando afirmar que seu desenlace ocorre com a vitória do

governo e a afirmação do nacionalismo petrolero.

Neste mesmo contexto, além de políticas que ampliavam a arrecadação fiscal petrolera, ocorreu um sustentado aumento dos preços do petróleo que atingiram em 2008 seu máximo histórico, tanto em termos nominais quanto se calculados em preços constantes. Apesar da queda posterior, os preços se mantiveram em patamares elevados e hoje já ultrapassam a barreira de US\$100,00.

Este novo auge rentístico está associado a uma radicalização do horizonte de transformação do processo bolivariano, expressa na emergência da proposta do socialismo do século XXI. Assim, com a retomada do objetivo de “semear petróleo” o nacionalismo petrolero contemporâneo busca não só desenvolver o país como apoiar a transição para o socialismo.

A partir desta nova situação, buscamos refletir sobre algumas abordagens que contribuem para pensá-la. Isto é, a reflexão não sobre o processo de redução da arrecadação fiscal petrolera, característica do período que antecedeu a vitória de Hugo Chávez em 1998. Mas sim pensar sobretudo o período de ampliação da renda petrolera. Para isso, vamos apresentar algumas considerações sobre dois autores que contribuem para pensar a Venezuela petrolera: Asdrubal Baptista e Fernando Coronil.

II.

O que mais nos interessa ressaltar na análise teórica de Asdrúbal Baptista é a especificidade que estabelece sobre a dinâmica econômica da sociedade venezuelana como um *capitalismo rentístico* inserido na dinâmica do capitalismo mundial. Para Baptista, a sociedade moderna tem sua essência na separação do âmbito político do âmbito econômico, diferente do mundo antigo, no qual esses âmbitos estavam subsumidos em uma totalidade:

Esa demarcación advendrá por la mediación de un nuevo acomodo histórico por el que el ámbito de la sociedad civil se apropia el poder de lo económico, mientras que queda al Estado la esfera del poder político. Pero por cuanto ambos espacios se necesitan de manera reciproca, el meollo del acomodo consistirá en la también reciproca dependencia del uno respecto del otro, y viceversa. El poder económico no se sostiene sin el poder político, pero este último, por su lado, tampoco es autónomo: la heteronimia es lo característico de las partes del nuevo arreglo. El eslabón que sella la dependencia, la preserva y la resuelve en cada circunstancia, es la porción de la riqueza creada por el capital que la sociedad civil entrega al Estado en calidad de impuestos y contribuciones para que este, indigente de medios materiales propios, subvenga a los gastos necesarios al todo social, que en especial tienen que ver con la reproducción misma del capital. Y es esta continua reproducción, a la que solo la libre circulación capitalista garantiza, la que hará entonces de fuente del gasto del cuerpo público (BAPTISTA, 2010, p. 233)

O âmbito político tem como protagonista o Estado, ente de controle no qual se refletem as

leis que organizam a sociedade em uma tensão com o âmbito da economia, que é representado pela sociedade civil, isto é pela massa de assalariados e os capitalistas, os quais em conjunto produzem a maioria da riqueza que satisfazem as necessidades da sociedade. A dinâmica própria da sociedade capitalista se dá no fato que o capital coloca em marcha processos de trabalho, com investimentos em instrumentos de trabalho e salários, nos quais a produção deve sempre ser maior do que os salários para que a economia se desenvolva e expanda em um novo e maior ciclo do processo de trabalho. Deste lucro criado no processo de trabalho capitalista, o Estado toma uma parte como impostos que usa para financiar os gastos associados às regulações sociais vigentes em sua estrutura. Portanto, o Estado é dependente do capital privado para seu funcionamento. Essa primeira reflexão é importante para estabelecer a referência que Baptista utiliza para falar de um funcionamento normal do capitalismo. Ao contrário, no que Baptista chama de capitalismo rentístico, como no caso da Venezuela, nos encontramos em um país que após começar sua conversão em uma nação exportadora de petróleo, desenvolve progressivamente um volume de divisas arrecadado pelo Estado, conferindo a este último uma independência em relação ao capital privado.

Es patente cómo la situación aquí manifiesta, en este aspecto de tan decisiva significación como el que se trata, resulta ser del todo diferente a la propia del capitalismo normal, tal como se ha reportado antes. En los simples términos expuestos por estos números, es posible decir que ya para finales de los años sesenta el poder económico era compartido a la par por el Estado y la sociedad civil, y con la nacionalización de la industria petrolera, a mediados de los setenta, las relaciones de poder todas pasan en gran medida al Estado: tanto las atinentes a lo político, obviamente, como las económicas. (BAPTISTA, 2010, p. 235-236)

Desta forma, aparece uma das mais importantes características do capitalismo rentístico: a independência do Estado, em nível econômico, da sociedade civil. Como distribui o Estado esta renda? Segundo Baptista, a tendência que se afirmou ao longo do século XX entre os governos venezuelanos foi a busca de um investimento produtivo que desenvolva os diferentes setores, o que poderíamos chamar, utilizando as palavras de Uslar Pietri, de “semear o petróleo”. Desde a década de 1920 até finais da década de 1970, o investimento produtivo da renda petroléira proporcionou um “amadurecimento” capitalista do desenvolvimento nacional, ao possibilitar a expansão da população urbana, além de uma rede de serviços bastante ampla para distribuir bens de importação que são obtidos com os recursos da renda. Entretanto, paradoxalmente, no final dos anos 70, após a nacionalização do petróleo que amplia a captação da renda pelo Estado, no momento de maior auge rentístico, a relação entre consumo e produtividade começa a se desequilibrar de forma sustentada até a atualidade. Se lembramos a premissa de Baptista para a compreensão do desenvolvimento capitalista, é necessário que a produtividade seja maior do que o consumo, e na Venezuela, a partir do final dos anos 70, ocorreu um maior aumento do consumo e uma diminuição da produtividade de

forma sustentada – com leves flutuações – até a atualidade. Como isto ocorreu se, como havíamos afirmado antes, a tendência dos governos foi a ampliação do investimento produtivo? Baptista responde apresentados um conjunto de fatores que são próprios dos limites da economia rentística:

Algunas condiciones propiciadas por la renta, de especial significación para la creación y expansión del mercado interno, resultaban, sin embargo, ser más bien obstáculos cuando se las analiza desde el ángulo del mercado externo. Cabe tomar muy en particular la tasa de cambio. Su sobrevaluación histórica, que termina por ser un eficaz mecanismo distributivo y, de acuerdo con lo dicho, un adecuado medio para la acumulación, al mismo tiempo coadyuvaba, empero, a cerrarle a la economía venezolana su acceso al mercado externo (BAPTISTA, 2010, p. 217)

De acordo com Baptista, a taxa de câmbio cumpre um papel fundamental na explicação do fenômeno. Para Baptista, a taxa de câmbio entre duas economias nacionais é “determinada por suas produtividades relativas” (BAPTISTA, 2010, p. 161). No caso de uma economia rentística não existe justamente essa contrapartida produtiva, pelo fato de seus rendimentos serem oriundos da captação de uma renda internacional, e os bens e serviços importados que se consomem no mercado interno são financiados em sua grande maioria por esta renda.

El Estado-propietario recibe unos dólares del resto del mundo que no precisan de una contrapartida interna en esfuerzo productivo, por lo que su decisión de hacerlos privados a través del mercado puede cumplirse a cualquier tasa de cambio. El límite inferior de esta última, en todo caso, viene determinado por los requerimientos de fondos fiscales para la actividad pública, toda vez que, y como habrá de argumentarse luego, los ingresos públicos no tienen por qué extraerse ya de su fuente natural que es la presión tributaria, pudiendo financiarse, antes bien, con la renta internacional petrolera (BAPTISTA, 2010, p. 166).

A sobrevalorização¹ da moeda é um dos principais mecanismos que encontra o Estado para distribuir a renda petroleira, e se pode ver historicamente como na Venezuela, desde 1929 até o início dos anos 80, a taxa de câmbio entre o dólar e o bolívar se manteve entre 4 e 5 bolívares². Uma das consequências dessa sobrevalorização são as dificuldades da produção nacional encontrar níveis de rentabilidade para que possa exportar sua produção. A importação constante de bens e serviços que realiza o Estado rentístico cria uma estrutura econômica na qual predomina o setor de prestação de serviços, em detrimento do setor produtivo nacional.

1

El Estado-propietario recibe unos dólares del resto del mundo que no precisan de una contrapartida interna en esfuerzo productivo, por lo que su decisión de hacerlos privados a través del mercado puede cumplirse a cualquier tasa de cambio. El límite inferior de esta última, en todo caso, viene determinado por los requerimientos de fondos fiscales para la actividad pública, toda vez que, y como habrá de argumentarse luego, los ingresos públicos no tienen por qué extraerse ya de su fuente natural que es la presión tributaria, pudiendo financiarse, antes bien, con la renta internacional petrolera” p166

2

□ Esto, por otra parte, también se reflejó en la base de los salarios y las condiciones de vivienda que la mayoría de la población venezolana tuvo hasta la década de los setenta.

Baptista insiste em que apesar da intenção de desenvolver o setor produtivo não-petroleiro, os níveis de importação de bens e serviços levaram o mercado interno a uma dependência dos produtos obtidos através da renda. Como a renda permite que se mantenham tais níveis de consumo sem que necessariamente este tenha um correlato produtivo, abriu-se uma brecha entre os níveis de consumo e os níveis de produção. Pode-se afirmar que o processo de desenvolvimento capitalista da Venezuela – sendo a urbanização, o incremento da infraestrutura e o aumento do mercado interno suas principais características – deixou uma forte dependência da dinâmica rentística, o que determinaria por fim o colapso do capitalismo rentístico.

Este fato é outra das características fundamentais do capitalismo rentístico: a possibilidade de manter níveis de consumo muito mais altos do que a produtividade interna, já que o provento rentístico é um fator externo. A hegemonia que o Estado estabelece no capital nacional faz com que se rompa o equilíbrio que Baptista toma como necessário para o desenvolvimento capitalista: a supremacia econômico do âmbito privado sobre o âmbito público. Essa dinâmica própria do capitalismo rentístico leva ao colapso da produção nacional, o que por sua vez aumenta progressivamente a dependência do país frente à renda petroleira.

O principal livro de Baptista sobre o tema é *Teoria econômica do capitalista rentístico*. Nesta obra sua contribuição é sistematizada, apresentando o quadro analítico utilizado para abordar a Venezuela petroleira. Esta obra foi lançada em 1997 e teve uma nova edição no ano de 2010. O prólogo dessa nova edição é um momento interessante para aproximar suas reflexões das questões levantadas no marco dessa comunicação.

No seu prólogo à edição de 2010, tendo em vista a situação política do país e a existência de uma perspectiva socialista por parte do governo, o autor se pergunta se é possível aproveitar economicamente o provento rentístico com o objetivo de colocar em prática um processo de mudança social de orientação não-capitalista. Ainda que afirme a possibilidade dessa via, o autor afirma que no caso venezuelano, haverá uma importante tarefa a ser enfrentada: “la sostenibilidad del proceso de desarrollo no capitalista, en última instancia, depende de forma determinante de la sustitución de la renta internacional por recursos no producidos capitalistamente” (BAPTISTA, 2010, p. XLII). Com esta afirmação, Baptista deixa claro que é necessário empreender um processo não-capitalista de produção que substitua a dependência do aporte rentista.

Buscando quantificar este desafio, Baptista afirma: “para sustituir el promedio de la renta captada a lo largo del periodo 1997-2008, que representa esencialmente una masa de bienes antes que de servicios, debe contarse con un acervo adicional cercano a 272 millardos de dólares” (BAPTISTA, 2010, p. XLIV). Criar um sistema produtivo capaz de substituir a renda petroleira implicaria um forte investimento de recursos para a acumulação de fatores produtivos, o que

repercutiria no diminuição drástica dos níveis de consumo da população.

III.

O livro mais importante de Coronil é sem dúvida *O Estado Mágico: natureza, dinero y modernidad em Venezuela*. Publicada em 1997, trata-se de um notável panorama da história venezuelana do século XX, estruturado por um denso diálogo com a teoria social contemporânea. Um conjunto de conceitos e noções orientadores se farão presentes ao longo do livro: Estado mágico, ocidentalismo, domesticação da renda petroleira, deificação do estado, bonapartismo rentista, dentre outros. Resumindo o propósito do livro, Coronil afirma:

En este libro examino la aparición del Estado venezolano como agente trascendente y unificador de la nación. Sostengo que la deificación del Estado tuvo lugar como parte de la transformación de Venezuela en nación petrolera que, en tanto tal, se percibía como una nación con dos cuerpos: un cuerpo político compuesto por sus ciudadanos y un cuerpo natural cuya materia era su rico subsuelo. Al condensar en sí los múltiples poderes dispersos en los dos cuerpos, el Estado apareció como un agente único dotado del poder mágico de rehacer la nación. (CORONIL, 2002, p. 4).

Assim como Baptista, Coronil compreende a importância decisiva do conceito de renda da terra para a compreensão da Venezuela contemporânea e ressalta a perda de importância desse conceito em diversas abordagens. Para além disso, sua reflexão insere este diagnóstico em um processo mais amplo de ocultação da natureza no pensamento social ocidental.

Isto leva Coronil a falar na deificação do estado, isto é na tendência a representá-lo como uma força unificada e auto-centrada: “*En el caso venezolano, esta apariencia se ve reforzada por la riqueza fiscal, que proviene sobre todo de los ingresos petroleros y no de los impuestos, lo que permite al Estado encarnar poderes que parecen emanar de sí mismo*” (CORONIL, 2002, p. 1n). E mais adiante: “*Los representantes del Estado, esto es, las encarnaciones visibles de los poderes invisibles del dinero petrolero, aparecen en el escenario estatal como magos poderosos que extraen la realidad social, desde instituciones públicas hasta cosmogonías, de un sombrero*”(CORONIL, 2002, p. 2).

A distinção entre recursos produzidos e recursos captados, essencial para a construção de uma teoria econômica do capitalismo rentístico, será igualmente importante para pensar a construção do Estado venezuelano e o papel por ele assumido. Uma parcela significativa dos recursos do Estado dependia não da atividade produtiva do país mas sim da captação de uma renda internacional realizada no mercado mundial. Desta forma, a riqueza fiscal do Estado não dependia diretamente das atividades produtivas do país mas sim de sua capacidade de ampliar a captação da renda petroleira, associada aos preços do petróleo e à capacidade de afirmação da propriedade nacional sobre estes recursos naturais.

O resgate da importância da fórmula trinitária trabalho, capital e terra permite ver o “*Estado terrateniente como un agente económico independiente y no como un mero actor político estructuralmente dependiente del capital*”. Este é um debate importante ao qual gostaríamos de dar mais atenção. Afinal, em que medida esta visão não resgataria uma abordagem de um Estado-sujeito, tão bem criticada (POULANTZAS, 2000). Por outro lado, cabe reconhecer a especificidade deste Estado cujo arrecadação fiscal depende de ingressos oriundos de uma renda petroleira internacional. O conceito de bonapartismo rentista representa uma tentativa para refletir sobre as peculiaridades do tipo de estado construído na Venezuela ao longo o século XX, bem como o papel ocupado pela sua burocracia. Vale destacar entretanto, que essa riqueza se expressa sobretudo pelo controle da captação de divisas oriundas da exportação de petróleo.

De especial importância para nosso propósito, a parte III do referido livro trata do auge petroleiro vivido na primeira presidência de Carlos Andrés Pérez entre 1974 e 1979. Neste período, a arrecadação fiscal petroleira se multiplicou abrindo espaço para a formulação de um projeto de uma *Gran Venezuela*. A proposta de semear petróleo teve aqui um dos seus momentos de glória, prometendo em poucos anos dar um salto e modernizar o país.

Em três capítulos o autor visa demonstrar “*cómo la tensión entre circulación del dinero proveniente del petróleo y producción de valor que subyace al capitalismo rentista de Venezuela, se vivió y expresó concretamente en las acciones cotidianas de diferentes actores sociales*” (CORONIL, 2002, p. 12), evidenciando assim um conflito crônico entre a produção de valor e a apropriação da renda. Tal situação marcaria a especificidade do capitalismo na Venezuela, tendo consequências marcantes em todos os seus âmbitos:

En sociedades donde los ingresos provienen principalmente de la mercantilización del trabajo, la creación de valor es al mismo tiempo el principal objetivo de la producción y el principio subyacente de la organización económica. En sociedades donde los ingresos dependen de la mercantilización de la naturaleza, la captura de la renta condiciona la organización de las actividades económicas. En un caso, la estructura productiva tiene que transformarse constantemente para aumentar la productividad y las ganancias; en el otro, hay que maximizar las rentas y garantizar el acceso a su distribución mediante una variedad de medios políticos. (CORONIL, 2002, p. 36)

Un resultado visible de la súbita afluencia de petrodólares fue que la producción local de valor se subordinó más que nunca a la apropiación del dinero circulante. Un resultado igualmente real, pero menos obvio, fue el hecho de que cambió el carácter mismo de la circulación. El torrente de petrodólares ahogó la producción; en lo que respecta a la circulación, por el contrario, la infló. En la medida en que los petrodólares erosionaban los vínculos entre la circulación y la producción, también se socavaban los límites que habían inhibido antes la expansión de la circulación como un sistema de relaciones y valores sociales. Con la erosión de esos límites, la circulación se expandió más allá de sus confines acostumbrados con lo que hizo retroceder o violó fronteras normativas. El quiebre de la normalidad creó una nueva sociabilidad. (CORONIL, 2002, p. 321-322)

O livro foi publicado em 1997, portanto antes da ascensão de Hugo Chávez, durante o

segundo governo de Rafael Caldera, momento ainda marcada pela recente crise bancária e pela instabilidade dos preços do petróleo. Entretanto, o prefácio da edição espanhola de 2002 é escrita durante este ano turbulento e decisivo para a Venezuela, permitindo a Coronil tecer interessantes considerações sobre Hugo Chávez, refletindo sobre “lo novedoso y lo repetitivo en la V República chavista” (CORONIL, 2002, p. XIII). Se por um lado as condições para o Estado mágico se mantem e se aprofundam, abrindo o caminhos para novos encantamentos, o mito chavista seria diferente:

Pero a diferencia de guiones anteriores, esta vez el papel ha correspondido a un Bolívar no solo popular, sino anti-patricio, apoyado como nunca antes por sectores que habían sentido perder hasta la esperanza. En medio de la devastación de un país empobrecido y polarizado, el mito del progreso chavista ya no puede disimular la división, como antes, frente al espejismo de un futuro bienestar colectivo; el mito no es ya unificados sino justiciero. (CORONIL, 2002, p. XIV).

IV.

A reflexão sobre o processo bolivariano deve necessariamente se ancorar sobre sua condição de país exportador de petróleo. Ainda que a emergência deste processo esteja relacionada mais imediatamente com a queda da arrecadação fiscal petroleira e suas consequências durante os anos 90, é necessário recordar que a crise do nacionalismo petroleiro tem suas raízes justamente no período de auge petroleiro da década de 70. Assim, o atual auge rentístico vivido pela Venezuela deve ser lido neste marco histórico mais amplo, para que o desafio de construção de um projeto socialista possa ser colocado em toda sua dificuldade e especificidade.

Bibliografia

- BAPTISTA, Asdrúbal (2010). *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: BCV.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo Rafael (2007). “Agenda Alternativa Bolivariana” . In: *Senderos de la vía bolivariana. Cuatro documentos esenciales*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.
- CORONIL, Fernando (2002). *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, Caracas.
- MARX, Karl (1975). *El Capital (Tomo III)*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MOMMER, Bernard (1988). *La Cuestión Petrolera*. Caracas: Tropycos.
- MOMMER, Bernard (2001). “Venezuela, política y petróleos” . VALECILLOS, Héctor; BELLO, Omar (org.). *La economía contemporánea de Venezuela*. Caracas: BCV.
- MOMMER, Bernard (2003). *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com
- POULANTZAS, Nicos (2000). *O Estado, o Poder, o Socialismo*. São Paulo: Graal.
- RIBEIRO, Vicente Neves da Silva (2009). Petróleo e processo bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

